

# PROBLEMAS DA REFORMA DO ESTADO

## Crime, corrupção, trapaça, parasitismo, incúria. Sucessos, limites e lições do caso italiano (\*)

Luca Meldolesi

Agradeço, antes de mais nada, a honra de terem me convidado para abrir os trabalhos desta Conferência anual. Não posso esquecer que esse convite tem uma origem rocambolesca. Qual uma mensagem lançada na garrafa, eu havia enviado ao Brasil apenas uma cópia do meu *Spender meglio è possibile* (II Mulino, Bolonha, 1992). Pouco depois vim a saber, para minha grande surpresa, que ela havia sido lida por várias pessoas. Talvez a opinião culta brasileira - imaginei - procure na Itália contemporânea um motivo de inspiração para colocarem foco questões próprias equivalentes...

Cheguei ao Brasil com o desejo de desfazer essa dúvida - uma pequena luz que não deve ser desperdiçada. Aqui, naturalmente, o horizonte logo se ampliou.

Encontrei um grande (e, parece-me, justificado) desejo de fazer o que se faz na Itália. E um impulso do espírito que parece subentender três questões: o que significa "fazer o que se faz na Itália"? Que obstáculos há.pela frente? Como superá-los? Naturalmente, só posso ocupar-me da primeira pergunta; mas, por analogia, espero su gerir algumas idéias relacionadas com a segunda e a terceira.

Queria dizer, antes de mais nada, que "fazer o que se faz na Itália" significa partir de,um escândalo para desvendar um sistema corrupto; mas significa também impedir que esse processo de investigação da verdade seja corrompido pelas diversas análises políticas; significa aplicar esforços à verificação judicial dos fatos partindo de confissões ou acontecimentos específicos, que devem ser atentamente avaliados pelos órgãos investigativos e conduzir a ordens de prisão para que os investigados não fujam, não prossigam em sua atividade criminosa e não ocultem as provas. Tais prisões são importantíssimas porque evidenciam que o processo é "para valer", criando uma forte corrente de apoio por parte da opinião pública; e também porque quando elas são aplicadas a "pessoas distintas", pouco preparadas para a prisão, induzem facilmente a novas confissões. Fazer o que se faz na Itália significa, além disso, organizar-se num *pool* de inquiridores para estabelecer-uma conexão entre os diversos episódios criminosos, desenvolvendo assim uma reação em cadeia que nos distancie do passado e efetue ao longo do tempo um verdadeiro saneamento, um processo radical de limpeza e regeneração coletiva.

Por fim, eu gostaria de acrescentar que não basta, a meu ver, sustentar *sic et simpliciter* tais desenvolvimentos. Meu empenho é o de identificar os limites e estudar um complexo de práticas políticas (e democráticas) capaz de

supera-los, reivindicando plena dignidade para o interesse coletivo e obrigando as autoridades públicas (centrais e periféricas) a assumir um papel de liderança no processo de mudança.

## I

1. Meu tema se refere, portanto, a uma experiência em curso, com todas as vantagens e desvantagens do caso. De um lado o caráter imediato, a vivacidade, a percepção espontânea das potencialidades da situação; de outro a incerteza dos êxitos, os perigos, o parto difícil de uma solução ainda indeterminada.

Há tempo o sistema político italiano foi submetido a críticas radicais; a rebelião juvenil dos anos 60-70 denunciou o Palácio; o Sistema, apontando com esses termos o distanciamento em que se encontrava esse sistema político relativamente às aspirações das pessoas, sua convivência com o crime organizado, com a corrupção, com os setores desviados do Estado. Mas através de processos de ajustamento que geralmente tiveram como resultado "retoques" governamentais (que deram à Itália o primado absoluto em número de governos) e através da associação do partido socialista com o poder, o "muro de borracha" resistiu e o movimento social acabou por dissolver-se.

Retrospectivamente, acho que os historiadores avaliarão de forma positiva esse resultado - que impediu uma possível ruptura institucional, que manteve o país fortemente radicado no Ocidente e que, através de políticas freqüentemente corrigidas pela ação de órgãos públicos-chave como o Banco da Itália e a Contabilidade Geral do Estado, acompanhou um desenvolvimento sem igualemente países comparáveis do nosso hemisfério.

Contudo, embora ela possa ter sido justificável no passado, essa resistência à mudança se tornou, de repente, muito menos justificável após a queda do muro de Berlim e a interrupção do desenvolvimento, no final dos anos 80. Hoje sabemos que tal resistência foi acompanhada por uma gravíssima e crescente degradação da vida pública, com um crescimento vertiginoso do crime organizado, a formação de um complexo sistema de corrupção e ainda, como direi mais adiante, acentuado desenvolvimento do parasitismo e do clientelismo - para não falar, naturalmente, da intriga, da incúria, da dilapidação das finanças públicas etc. A amplitude e a profundidade da parte submersa desse iceberg; por muito tempo mascarada pela filosofia do "*tiriamo a campare*" (deixa estar, a vida continua), surpreendeu a todos: tanto os que a vinham denunciando, os inquiridores, quanto as vítimas e os culpados - sendo que estes últimos, ativamente envolvidos em uma ou mais áreas patológicas, evidentemente não tiveram condições de dominá-las e entendê-las em sua totalidade.

A classe política governamental (e, com freqüência, também da oposição) se tinha habituado havia tempo a viver acima da lei; no passado ela conseguira abafar centenas de pequenos e grandes escândalos. Assim, uma vez rompida a "pústula", em lugar de reconhecer as acusações e colaborar com a magistratura, em lugar de declarar-se culpada num arroubo de dignidade que talvez o país tivesse entendido, ela preferiu "resistir", primeiro criando caminhos de despistamento, de desresponsabilização e de ocultamento; depois obstruindo o trabalho dos magistrados em nome de prerrogativas parlamentares que perderam qualquer credibilidade e apoiando-se, como último salva-vidas, num garantismo suspeito, tardiamente lembrado. Essa pertinácia diz tudo sobre os comportamentos inveterados dos políticos italianos, sobre a desorientação existente e sobre a dificuldade de fazer emergir uma nova e indispensável moralidade em nossa vida pública.

2. Por outro lado, se olhamos as coisas mais de perto o quadro se complica inevitavelmente. Em primeiro lugar, é preciso prestar homenagem ao trabalho de pessoas como Chinnici, Caponetto, Falcone e Borsellino, que nos anos trinta, a partir de Palermo, iniciaram uma extraordinária ofensiva contra a máfia. Também aqui o comitê, central (a "cúpula") da máfia subestimou os ventos da mudança. Pensou por muito tempo que a obra paciente e corajosa desse grupo excepcional de magistrados nada poderia frente à manipulação dos processos: isto é, à tradicional utilização de todos os sofismas jurídicos possíveis, favorecida pela separação dos processos judiciais; à exploração sem escrúpulos da justa necessidade de obter provas seguras de acontecimentos específicos; à maciça utilização da *omertà* (lei do silêncio), da intimidação, da corrupção, da convivência com o poder político local, nacional e estrangeiro.

Esse famoso "mundo" jurídico-processual corrompido - que, quando necessário, sempre podia apelar para seus "protetores" até obter as sentenças de absolvição da *Corte di Cassazione* (Supremo Tribunal) - encontrou pela frente o "pressuposto Falcone" (projeto criminoso único) e um *pool* de magistrados que relacionou os diversos fatos criminais,

realizou a instrução e levou a cabo a obra-prima dos maxiprocessos. E não foi só isso. Através da direção dos Negócios Judiciais e da Superprocuradoria Falcone esse *pool* de magistrados transformou em seguida a experiência local em nacional; bloqueou a ação de Andreotti, presidente do Conselho; e conseguiu mesmo funcionar como exemplo, ensinamento e estímulo na luta contra o crime organizado a nível internacional.

Quando entendeu ter perdido a partida, a cúpula mafiosa se lançou a uma vingança bestial contra Falcone, Borsellino e a principal referência política local (o andreottiano Lima), que incorrera no crime de não mais ter conseguido protegê-la. Essa vingança, porém, também marcou sua queda - a prisão de seus principais expoentes, seu exílio numa ilha toscana, o presídio militar da Sicília, a atual "primavera" cultural e civil da ilha.

Contudo, essa reviravolta dramática, juntamente com a incriminação de alguns grandes políticos que dominaram a vida do país por longo tempo - Andreotti e Gava, sobretudo -, não significou uma solução garantida para a questão criminal italiana. Embora Palermo já não seja a capital europeia da droga, o fenômeno criminal na Itália é muito mais complexo que esse importante resultado poderia fazer crer, exigindo políticas mais articuladas (e determinadas) que as identificadas até aqui pelos melhores políticos italianos.

3. Vamos examinar a outra ponta da península - onde acontece a célebre investigação das "Mãos Limpas". No passado, juízes de valor tentaram diversas vezes flagrar este ou aquele político com a mão na cumbuca. Apenas no início dos anos 90, porém, talvez inspirando-se livremente na experiência de Palermo, é que se cristalizou em torno do procurador-geral de Milão (Borrelli) um grupo de magistrados jovens e entusiastas cujo "líder natural" é Antonio di Pietro. No início de 92 esse grupo consegue acionar uma pequena armadilha de apenas 7 milhões de liras de suborno. O personagem apanhado é um homem próximo a Craxi, que, numa declaração de gosto duvidoso, refere-se a um "meliante" isolado. Na realidade havia sido aberta uma caixa de Pandora cujo fundo ainda é impossível divisar; finalmente, porém, temos condições de reconstruir um quadro verossímil (ainda que parcial) do grande sistema da corrupção político-empresarial da Itália.

Trata-se de um mecanismo peculiar, estabelecido ao longo do tempo - desde que os dois alinhamentos contrapostos do pós-guerra gradualmente substituíram o financiamento das superpotências pelo financiamento nacional: a coalizão de centro contou com o apoio da indústria e das finanças, enquanto a coalizão de esquerda certamente não subvencionou os aparelhos dos partidos e as campanhas eleitorais apenas com as contribuições, ainda que consideráveis, do voluntariado político. Esta beneficiou-se, é claro, das contribuições de uma estrutura econômica paralela. No entanto essa verdade evidente foi negada por muito tempo pelos dois lados. Por razões de "imagem", tentou-se esconder que, diversamente do que ocorre com a política dos movimentos, a política dos partidos não pode prescindir de um fluxo consistente de dinheiro. Esse tabu cultural do dever-ser, do político-anjo (ou quase) - um tema de estudo para a antropologia; cujas raízes se encontram tanto na hipocrisia católica como na comunista (e talvez também nos ritos pré-cristãos) - conduziu, no início dos anos 70, a uma curiosa legislação envolvendo o financiamento público dos partidos: para justificar dotações que com o tempo se mostraram amplamente insuficientes (a ponto de cobrir de 4 a 5 por cento do balanço efetivo dos principais partidos), essa lei determinava que toda contribuição superior a 5 milhões de liras fosse obrigatoriamente declarada ao Presidente da Câmara: disposição que, praticamente não-aplicada, tornou *ipso facto* ilegal a grande maioria dos financiamentos privados.

4. Dessa forma, hoje sabemos aquilo que no fundo sempre deveríamos ter sabido. Ou seja, que o sistema dos partidos do governo por muito tempo financiou-se impondo um tributo medieval a muitas transações econômicas que requerem o beneplácito das autoridades públicas; que esse sistema se aperfeiçoou com o tempo, à medida que a concorrência entre correntes e partidos internos e externos à esfera governamental fazia fermentar o custo da política; e que com isso se instituíra uma propina cujo percentual variava de transação para transação, propina essa que por sua vez era repartida percentualmente entre as diversas facções, de acordo com sua influência (nacional ou local); que essa "lei" se impôs amplamente à indústria, às finanças e a diversos setores da economia italiana que mantiveram relações de negócio com o sistema político (a penalidade para a infração dessa "lei" era a exclusão das empreitadas, encomendas, autorizações etc.); que tal sistema se tornou moeda-corrente, a ponto de envolver (provavelmente) a maioria dos políticos.

Sabemos ainda que a corrupção política alimentou a corrupção administrativa, atribuindo, na prática, um poder de cobrança às repartições públicas com condições de impô-la; além de existirem - como é sabido - repartições menos

"rentáveis", mas também menos arriscadas, onde se tira uma boa soneca; dada a largueza empregatícia imperante, muitos empregados acabam distribuindo-se entre os dois tipos de repartição, conforme as respectivas preferências.

Sabemos também que os partidos de oposição têm participado mais esporadicamente do banquete; que (como uma ramificação da investigação ainda em curso certamente irá confirmar) eles gerenciaram autonomamente fontes de financiamento ligadas a sua influência local e à zona economicamente rentável a eles relacionada - por exemplo o movimento das cooperativas, o empresariado e o mundo profissional auxiliar.

Para fazer uma idéia da ordem de grandeza do fenômeno, basta ter presente que o Produto Nacional Bruto italiano é mais que o dobro do brasileiro e que quase metade dele passa pelas mãos do Estado. O montante total das propinas solicitadas e obtidas para as mais diversas finalidades políticas e individuais foi calculado, aproximadamente, em alguns milhares de bilhões de liras por ano.

5. Diante da revelação pública de uma verdade evidente de tais dimensões incontestáveis, uma tentação errada, mas popular; é transformar todo grão em montanha. Dessa forma, uma classe política pode ser apedrejada de repente pelas mesmas pessoas que até ontem a serviam (e reverenciavam), seja como reação à desilusão, seja por se sentirem traídas, seja mesmo para afastar psicologicamente a razoável suspeita de conivência que pende sobre suas cabeças.

É verdade, entretanto, que as responsabilidades são diversas, não apenas com relação ao "quanto" (que vai de alguns milhões a centenas de bilhões de liras) como também ao "por que" das propinas. A justificativa para tais cobranças varia; o dinheiro pode servir para financiar iniciativas coletivas, para engrossar campanhas eleitorais "personalizadas" ou mesmo para engordar os próprios bolsos. É preciso, portanto, saber distinguir; colocar-se do ponto de vista da luta política cotidiana e reconhecer, com Di Pietro, que "em muitos casos os `custos da política' também estimularam pessoas de bem a aceitar papéis legalmente condenáveis, na falsa pressuposição de sua inevitabilidade".

(1)

Em seguida existe uma segunda tentação errônea, cada vez mais disseminada: a do "mal comum meia alegria". Se com a primeira atitude todos se tornariam igualmente culpados, com esta ninguém o seria. Que dizer, então, das grandes empresas que se prestaram ao jogo, dos grandes executivos protagonistas de casos clamorosos, dos políticos que degradaram a níveis inimagináveis ministérios importantes como o das Obras Públicas ou da Saúde, das fortunas que brotaram como fungos ao abrigo das proteções políticas - e assim por diante? Evidentemente não se pode deixar de entrar no mérito, dando pleno apoio à magistratura para o esclarecimento dos fatos e responsabilidades - sem, contudo, fechar os olhos diante de possíveis erros, do uso de falsas acusações como meio de vingança política (este é, provavelmente, o caso de Sergio Mattarella) ou, ao contrário, da existência de fatos patológicos que ainda não ficaram provados.

Ao perceber que a investigação "Mãos Limpas" destampava o caldeirão da corrupção milanesa, o *Mezzogiorno* não pôde deixar de dar um suspiro de alívio: não somos só nós os suspeitos - pensaram em uníssono milhares de pessoas. Mas nesse momento a investigação começou a descer a península até trazer à luz uma combinação sinistra de crimes e corrupção que; possivelmente, atingiu o auge com o caso napolitano. Aqui temos; portanto, ao mesmo tempo o suborno camorrista e o político: um território dividido entre cento e cinquenta *cosche* (centrais criminais), geralmente lutando entre si (por extorsões, jogos de azar, prostituição, contrabando, empreitadas públicas, drogas etc.) e, ao mesmo tempo, dominadas por um punhado de grandes políticos coniventes com o crime, ligados ao famigerado voto de troca, que se estende abertamente à distribuição parasitária e clientelista de pensões, cargos, casas etc. São personagens-chave, empenhadas em conquistar e desviar a seu bel-prazer montantes consideráveis de dinheiro público. Quando se descobriu, através do setor "insalubridade" da investigação, que durante anos um pequeno grupo de profissionais, funcionários e políticos havia extorquido os pobres elevando artificialmente o preço dos remédios para ganhar centenas de bilhões de liras, a indignação pública atingiu um novo marco.

## II

6. Qual é, pois, a primeira lição a extrair dessa experiência? A meu ver, a opinião pública (e cultural) brasileira certamente a identificou, melhor que o que possa ter acontecido em qualquer outro país. A mensagem é que, mesmo em situações profundamente corruptas, é possível reagir e obter resultados positivos. É uma mensagem de esperança para as várias realidades que se sentem oprimidas e ofendidas em sua dignidade coletiva - no mundo-todo - por níveis

insuportáveis de criminalidade e corrupção.

No caso italiano, uma longa preparação político-cultural – juntamente com o declínio da geração que se reconhecia em pessoas como De Gasperi e La Malfa – teve como herdeiros testamentários um grupo de magistrados. Em outros lugares, certamente, o processo irá apresentar características diferentes. Mas não há dúvida de que a reviravolta internacional ligada à queda do comunismo soviético liberou energias há muito represadas: dissolveu propostas políticas arcaicas e vetos à esquerda e reduziu hegemonias e rendas de posições tradicionais no centro e à direita do espectro político. Em zonas centrais e periféricas isso criou situações favoráveis a uma democracia mais madura, consensual, razoável e honesta que, todavia, não virá por obra da cegonha: ela somente virá a afirmar-se caso a construamos por uma via tortuosa, à primeira vista bastante improvável. Será preciso superar – esta é a questão – todo um mar de ceticismo e passividade.

Acredito que os magistrados italianos – que, aceitando os riscos enfrentados, por vezes gravíssimos, conseguiram produzir a centelha da mudança – foram os primeiros a se surpreender com a repercussão internacional de seu trabalho. Acho que a "Itália fora da Itália" – como a chamava Braudel –, aquela ampla zona de origem italiana integrada à realidade de tantos países, juntamente com os inúmeros amigos que a acompanham pelo mundo afora, seguiu a respiração mais de uma vez, exatamente como aconteceu na pátria-mãe. Mas enquanto em países como Inglaterra; França ou Estados Unidos prevaleceu inicialmente a preocupação e quase o aborrecimento diante do que estava acontecendo, no Brasil (e outros lugares) as coisas foram vividas com estados de espírito diferentes. Na Itália não tivemos informações suficientes sobre essa corrente de solidariedade e simpatia, mas mesmo assim ela certamente contribuiu para que "passássemos a mensagem" de nossa experiência. É também por sua causa que nos sentimos capazes de defendê-la mais abertamente e torná-la mais explícita.

7. Mas como fizeram esses magistrados – perguntará algum impaciente – para achar o caminho certo? Minha resposta é que o verdadeiro segredo é que não há segredos. É preciso ler *Cose di cosa nostra*, de Giovanni Falcone (1992), para perceber a inteligência psicológica, a perseverança, a genialidade humana de um magistrado que se transformou em professor para todos nós. Falcone não se limitou a curar a doença salvando o doente: ele utilizou as forças do próprio doente – a sociedade e mesmo os mafiosos. Basta pensar, por exemplo, em como Falcone credenciou e usou para bons propósitos o personagem Buscetta.

É preciso ver de perto o ímpeto simples e eficaz de um Di Pietro, de tantos jovens magistrados e dos muitos que estão seguindo seu caminho, para entender que não existe arcano a ser revelado. Di Pietro criou um arco voltaico entre a investigação da polícia e a magistratura, trabalhando, primeiro sobre uma e depois sobre a outra e valorizando enormemente o potencial de ambas.

Talvez seja verdade, aliás, que quem formula tal pergunta ainda não se libertou de um mecanismo psicológico hoje muito comum na Itália, um mecanismo que chamarei mais diante "síndrome do espectador".

Para ter-se uma idéia das inúmeras resistências – inclusive psicológicas, culturais e ideológicas – enfrentadas pelo processo de mudança é preciso, porém, proceder por etapas e evocar a agonia em que se debateu nos últimos tempos a política italiana. As eleições de 5 de Abril de 1992 criaram uma situação parlamentar em que as forças políticas tradicionais eram demasiado fortes para serem expulsas mas excessivamente fracas para retomar os fios da política habitual. No Norte estabeleceu-se uma nova formação de centrodireita – a Liga Norte –, enquanto todo o sistema de partidos foi abalado por processos de desagregação-reorganização-redefinição. A eleição dos prefeitos pelo sistema majoritário em dois turnos – uma novidade em nosso país – já produziu algumas surpresas e provavelmente introduzirá outras no segundo turno de novembro. O sistema eleitoral majoritário para o Senado (introduzido com o referendo de maio de 1993) e a lei semi-majoritária para a Câmara, aprovada pelo Parlamento, anunciam enfim uma reviravolta que ao que tudo indica deverá ocorrer na próxima primavera.

Nessa situação de alvoroço político-institucional sob a égide de um Presidente da República, felizmente sagaz, sucederam-se dois governos de transição (Amato e Ciampi) parcialmente desatrelados das velhas lógicas. Ambos atacaram um conjunto significativo de problemas econômicos acumulados ao longo do tempo – relacionados à estabilização da moeda (após a saída do SME), ao acordo salarial, à redução da inflação e do déficit público, à diminuição da taxa de juros, ao início de algumas privatizações. De maneira geral – como já se percebe pela forte

melhoria do comércio exterior –, colocaram o país numa posição mais favorável, mesmo frente à eventualidade de uma retomada da economia internacional. Porém não foram capazes de enfrentar com sucesso o imenso emaranhado de obstáculos e resistências que se opõem à mudança em curso.

8. É verdade que o custo da política caiu a um décimo do que era: para uma campanha eleitoral ter possibilidade de vitória estima-se hoje ser necessário gastar cem milhões de liras e não mais, como antes, um bilhão de liras. É verdade que alguns preços-base da construção de obras públicas – metrô ou hospitais, por exemplo – foram reduzidos à metade: sinal evidente de que a corrupção político-empresarial havia conseguido duplicá-los. É verdade que muitas cabeças coroadas do crime organizado, bem como do sistema político e econômico, acabaram rolando. Mas isso tudo não deve impedir-nos de refletir sobre a imensa tarefa que essa revolução incipiente nos coloca.

Os governos Amato e Ciampi tentaram dominar os eventos mas não conseguiram dirigi-los. Não se pode dizer que tenham ficado prisioneiros da grande Vandéia dos interesses políticos, econômicos e criminais investigados – ao contrário, diversas vezes procuraram colaborar com a ação dos magistrados. O problema, porém, é que a distância entre seus atos e o que seria necessário fazer é perigosamente grande, repleta de possíveis atos de violência (como atestam as bombas, as conspirações, os incêndios e outros sinais inquietantes).

Em primeiro lugar, a política de repressão ao crime não chega a agredir e sanear efetivamente o tecido conjuntivo que sustenta as grandes organizações criminais. Na Sicília, ao declínio da máfia corresponde o crescimento das “estrelas” (*le stidde* – organizações menores mas igualmente perniciosas), e, na região de Nápoles, os revezes sofridos pelas grandes conivências político-camorristas não interromperam a metástase. E mesmo os ingredientes do passado poderiam fazer uma reaparição caso seja verdade – como se diz – que para as eleições municipais de novembro os grandes políticos recomeçaram a comprar votos. Por experiência didática, conheço as coisas de perto. Muitas vezes meus alunos me relataram os dramas vividos por seus pais: são exemplos eloqüentes, que abrem os olhos e levam a concluir, infelizmente, que o caminho da cura apenas começou.

9. Por outro lado, os próprios procedimentos dos magistrados não são em si mesmos conclusivos. Eles se baseiam, é verdade, em confissões em série, facilitadas pela prisão – fato que tem um impacto imediato sobre a “fama” de quem é investigado. Só que depois quem colabora é solto e a justiça retoma seu passo de tartaruga normal, transferindo tudo para as calengas gregas. Até agora, pouquíssimos processos foram realizados e quase nenhum julgado. Nesse meio tempo, muitos investigados se mobilizam, inclusive financeiramente, na esperança de abrandar o impacto do julgamento, quando não de eximir-se dele.

É verdade, além disso, que a investigação “Mãos Limpas” não poderá estender-se *ad infinitum*. Felizmente as tentativas de “passar a borracha” não deram certo. Mas os próprios magistrados já estão sentido o peso de um trabalho massacrante, o que os levou, em diversas ocasiões, a buscar soluções razoáveis – como as que prevêm a confissão plena, a restituição do que foi roubado e a interdição ao exercício de cargos públicos em troca de um procedimento acelerado e de uma redução da pena. Contudo, não é fácil obter tais resultados, que exigem um consenso parlamentar difícil de obter e que têm uma eficácia apenas parcial. Tampouco devemos excluir a possibilidade de que, uma vez respondidas as perguntas mais importantes – antes de mais nada a que diz respeito ao papel da oposição de esquerda –, a atenção coletiva venha a reduzir-se, ficando menos atraente continuar a escavar o passado recente (ou períodos mais remotos no tempo). Talvez os próprios magistrados comecem a dar prioridade a impedir que o fenômeno se reproduza, como provavelmente acontecerá caso não existam normas claras e transparentes sobre o financiamento privado dos partidos e uma vigilância efocaz e detalhada da magistratura sobre seu financiamento.

Além disso, exatamente como ocorre no crime organizado, não basta atacar alguns pontos nevrálgicos. A corrupção atingiu a periferia do sistema político. Grupos de criminosos se apoderaram aqui e ali dos governos locais. Nas regiões de alta concentração criminal, acertaram partilhas com a “família” dominante. Sós ou acompanhados, tomaram de assalto as finanças públicas, deixando-as à míngua e levando dezenas e dezenas de municípios à falência.

Enfim, como já foi mencionado, a corrupção investiu contra a administração em todos os níveis, com conseqüências que às vezes beiram o ridículo. Se me permitem um exemplo pessoal, posso testemunhar que para executar alguns trabalhos no meu apartamento de Roma esperei inutilmente a autorização de uma repartição “cheirando a propina”; afinal decidi realizar os trabalhos, certo de que receberia uma multa. Anos se passaram:

evidentemente a repartição achou pouco aconselhável fazer-me uma visita!

10. Assim, considerando tudo isso, fica claro que os fenômenos do crime organizado e da corrupção requerem uma luta prolongada, que vá além do que vem à luz com as grandes investigações. Estas exigem sobretudo um reforço qualitativo do aparelho de repressão: elevado nível de envolvimento dos funcionários centrais e periféricos (seguindo o exemplo dos melhores magistrados e dos setores mais eficientes da polícia); reordenação cuidadosa, de orientação meritocrática, das carreiras; prêmios e punições; avaliação sistemática dos custos e benefícios diretos e indiretos da ação repressiva; e, em decorrência, para concluir, melhor organização e maior comprometimento efetivo daqueles cujos salários nada têm de "leves".

Por isso, em minha opinião, temos um problema prioritário de gestão e reorganização geral do aparelho de Estado, que vai muito além dos procedimentos consolidados e do esforço (bastante relativo) dos ministros. Porém, infelizmente, esse não é o único problema. A verdade é que reprimir não basta. Para demonstrar que o crime e a corrupção "não compensam" é preciso criar condições para que, em seu lugar, competência e empenho no trabalho sejam efetivamente remunerados. É em relação a isso que a ação dos dois últimos governos inovadores me parece particularmente insuficiente: foi uma ação que se norteou pela improvisação, pela procura do atalho - uma ação muitas vezes francamente contraproducente.

Como demonstrei em meu *Spender meglio è possibile (Gastar melhor é possível)*, os comportamentos criminosos não passam de uma forma extremada e ilegal de comportamentos muito mais difundidos, que pretendem atingir a melhoria material do indivíduo com métodos que se chocam com as exigências da economia de mercado e da democracia. Desleixo, intriga, trapaça, assistencialismo, parasitismo e clientelismo são, sem dúvida, bastante diferentes de corrupção e crime, tanto em grau como em perigo social imediato, mas não quanto a sua natureza. Essas condutas se originam em uma pretensão econômica individual que pouco se preocupa com o próximo, refletindo (provavelmente) uma antiga relação de imitação entre servo e senhor onde o primeiro pretende passar-se por senhor, ou seja, viver bem sem trabalhar. O verdadeiro problema – a meu ver – é focalizar a política do Estado em uma alternativa positiva e consciente dessas fortes tendências de nossa cultura.

### III

11. *Spender meglio* produziu até agora um fato curioso: o livro ainda não havia sido publicado e suas idéias já eram postas à prova pela pressão dos acontecimentos. Um ano depois, esse fato pode contribuir tanto para a compreensão dos prolegômenos da crise como para identificar algumas possíveis linhas de evolução. "Mas como o senhor sabia?" – perguntaram-me isoladamente diversos alunos depois de terem prestado exame. Essa é uma pergunta que me voltou à cabeça quando recebi o convite para vir à reunião da ANPOCS. Uma pergunta que me atinge no contrapé e me deixa embaraçado porque eu absolutamente não sabia – e como poderia saber? – que a situação italiana evoluiria da maneira imprevisível que todos conhecemos. E principalmente porque, se várias pessoas se fazem tal pergunta, tenho obrigação, por dever profissional, de perguntar-me sobre a origem de seu processo mental.

Refletindo como aprendiz de feiticeiro sobre a autonomia que parece ter-se apoderado de meu próprio trabalho, parece-me ter chegado a algumas conclusões.

Em primeiro lugar: há muito rompido com certo "jeito italiano", encaminhei-me, nos anos 80, por trilhas estrangeiras. Depois senti necessidade de construir caminhos originais para "redescobrir" meu país. Com isso escrevi alguns ensaios – sobre o emprego público, a análise custo-benefício, a Camorra napolitana, o *Mezzogiorno* – que, num primeiro impacto, revelam o que se poderia captar espontaneamente no ar, realizando, eventualmente, pequenas pesquisas, fuçando aqui e ali, em diversos ambientes. Estes ensaios, ao contrário, pretendem levar a sério os dados assim colhidos, questioná-los repetidamente, confrontando-os uns com os outros e, assim, derrubar convicções – inclusive pessoais – que, tempos atrás, eram dadas como definitivas, utilizar amostras vivas da literatura, fatos e delitos entrevistados no exterior e assim por diante. Em resumo, meu objetivo era simplesmente refletir sobre alguns aspectos da realidade e chegar a algumas conclusões úteis.

Em seguida me dei conta de que esse trabalho me atraía não só pelo desejo pessoal de entender, mas também pela necessidade de opor-me a minha tendência e de outros de não querer entender e perder-nos em abstrações poéticas. Para mim, encontrar o caminho é o verdadeiro antídoto à impossível fuga. Desse modo, minha trajetória deve

ser capaz de superar as resistências, de colocar em debate aquilo que nos impede de avançar. Essas resistências não me interessam do ponto de vista classificatório (que corre o risco de tornar-se estéril) e sim do ponto de vista político – ou seja, quero saber como e quanto elas conseguem opor-se à força obstinada dos fatos, desdenhando os indícios perceptíveis. Estou, portanto, empenhado em criar um processo explanatório gradual, acessível e aceitável, para não dizer evidente. É um itinerário talvez divertido, que convoca o leitor a "reencontrar-se" e procura encaminhá-lo, sem que se aperceba, para além do limiar de suas resistências psicológicas. "É a primeira vez – observou um aluno ao final de meu curso – que nós, napolitanos, admitimos que as coisas são realmente assim". Não é preciso dizer mais nada.

12. Decorre disso uma outra conseqüência. As questões que me atraem a atenção são as mais variadas – segundo comentou meu editor, as abordadas em *Spender Meglio*, se tratadas de forma exaustiva, produziriam na certa uma série de volumes. Mas têm a característica comum de estarem à vista de todos e, ao mesmo tempo, de não serem levadas a sério. São os meus segredos de Polichinelo – um termo que me surgiu espontaneamente quando comecei a articular os ensaios entre si. Termo que me serve não só porque indica que trato de coisas que todos conhecem mas também porque, ainda assim, escondem algo: o fato de que tanta gente finja não enxergá-las – por superficialidade, comodismo; fatalismo; por oportunismo, conivência (quem sabe involuntária), medo; por provincianismo, esperteza (burro), escolha "ideológica"; por um terrível sentimento de impotência.

A conclusão, portanto, é que me ocupo desses segredos de Polichinelo enquanto e dentro dos limites em que isso for necessário para desvendar seu aspecto arcano. Por isso sua irônica "teoria" dá unidade a meu livro.

Meu objetivo é estimular o leitor, "registrar" sua percepção reforçando os aspectos positivos, mostrar que nada está perdido; que, ao contrário, como observado numa resenha do livro (2), até nas situações mais difíceis é possível desemaranhar um novelo, identificar soluções simples e práticas que sugiram iniciativas úteis. Assim, a partir da experiência cotidiana, é possível transmitir uma mensagem de confiança e empenho para com a melhoria das coisas, mesmo àquele que, considerando tudo inútil, sente necessidade de fechar os olhos para uma realidade que o inquieta e ofende.

Estas idéias começaram a circular numa situação que parecia ainda monolítica – com os velhos líderes firmes no comando e os sucessos econômicos italianos dando a volta ao mundo. O fato de que tenham tido algum papel cultural, mesmo modesto, no processo de mudança em curso, é uma satisfação mais que suficiente para minha avaliação pessoal de custo-benefício. Mas que pudessem tornar-se úteis *ex post*, depois da avalanche das "Mãos Limpas", estava longe de minhas mais recônditas expectativas. Evidentemente, meu caminho indutivo, construído na intenção de tornar palpáveis algumas questões espinhosas – que iam da falta de avaliação dos gastos públicos à situação catastrófica do trabalho estatal, dos limites do tecnicismo às exigências da liberalização meridional, chegando aos problemas do encontro com a Europa e do financiamento dos partidos – foi útil (há quem diga "mais útil") desde que se conheça aparte submersa do iceberg. Isso porque a parte submersa do iceberg conduz e alude (frequente e deliberadamente) ao lado obscuro que pouco depois iria tornar-se ofuscante. E é, portanto, lógico que tal processo possa ser revertido: que, excetuando-se algum fato datado, minha exposição possa ser utilizada hoje para entender o que se passou então.

13. Talvez esta seja uma primeira razão para imaginar-se que eu soubesse o que não podia saber. Mas talvez haja uma segunda. Em meu percurso (que vai da Toscana para o *Mezzogiorno* para em seguida voltar ao Norte) minha intenção não foi apenas combater o "complexo de avestruz" dos italianos. Ao identificar um a um os diversos aspectos da doença que aflige o país uma *maladie d'amour*, assim a chamei ironicamente – endereçada ao próprio Narciso; ao entender suas razões psicológicas ao mesmo tempo históricas e contemporâneas; sempre tive em mente que o que importa é curar a doença, é sarar da doença. Tal opção de política econômica e social me levou por fim à idéia – felizmente estimulante – de que, caso consigamos pouco a pouco eludir o impulso aquisitivo que hoje alimenta canais patológicos; caso através de um conjunto de medidas práticas ao alcance dos cidadãos, medidas essas que me esforcei para identificar, consigamos dirigir esse impulso para objetivos de operosidade, de mérito, de responsabilidade, de solidariedade, à altura da sociedade próspera e democrática que pretendemos construir; poderemos transformá-lo numa força propulsora capaz de permitir a realização de um novo e importante passo nessa direção.

Hoje, como Falcone, eu acrescentaria que o que deve ser entendido é exatamente a humanidade dos mafiosos: o fato de que eles são "funcionários do crime", adeptos da mais feroz barbárie, mas ao mesmo tempo portadores (mais



ou menos conscientes) de uma outra dimensão em suas vidas – aquela em que gostariam que seus filhos vivessem (3), aquela em nome da qual tantos mafiosos de vários calibres conseguiram insurgir-se contra seus chefes.

Uma vez entendido esse dualismo não é difícil compreender que ele reapareça sob diversas formas em todos os comportamentos criminosos, ilegais ou simplesmente desonrosos e associativos. Conhecida uma, face da moeda podemos identificar a oposta, para perguntar-nos sobre as políticas repressivo-indutivas capazes de conduzir-nos de uma a outra. É um raciocínio construído a partir das exigências concretas, sem levarem conta as relações de poder que podem ou não permitir tal mudança. Na época em que o livro foi concebido, ele era – como me fizeram notar – "altamente irrealista". Talvez a pergunta críptica de meus alunos "Mas como o senhor sabia?" signifique que esse raciocínio veio a tornar-se muito mais realista!

14. Isso tudo concorre para que voltemos aos limites dos governos Amato e Ciampi. Não faltou, certamente, a percepção da patologia; nem a de seus "segredos", que os italianos, como se disse acima, não podiam deixar de conhecer. O que faltou foi o aprofundamento, a pesquisa, a reflexão; o estudo das condições que facilitam a doença e o das políticas capazes de desestimulá-las. Nessa área o embaçamento da consciência é de ordem a sugerir um bloqueio psicológico a decodificar.

Tomemos dois exemplos típicos: o funcionamento da administração pública e a política para o *Mezzogiorno*. A ineficiência da máquina estatal, central e periférica, já assumiu caráter legendário. O local de trabalho é visto como uma renda vitalícia; a produtividade média é baixíssima ("o único esforço que fazem é para levantar da cama", dizem em Nápoles); ninguém avalia o trabalho de ninguém. Além disso, nesse clima de indescritível confusão, os empregados comumente ameaçam com seu poder político e sindical – como os professores secundários excedentes que "convenceram" o ministro a aumentar o número de professores por classe, os operários de uma famosa cordoaria da marinha militar que "persuadiram" o ministro a ampliar a produção de cordas que não têm demanda, ou os carteiros que, desejando viver no Sul, "obrigaram" o Correio de Milão a ir primeiro até Palermo por via aérea para só depois ser distribuído em Milão.

Nessa situação bem conhecida, que fizeram os governos Amato e Ciampi? Em minha opinião, para evitar o enfrentamento direto nos lugares de trabalho, para não sujar as mãos com a especificidade da gestão e por um defeito cultural balizado pela tradição jurídica (e economicista), eles recorreram a apenas dois instrumentos: cortes orçamentários e disposições normativas. Os primeiros, porquanto necessários, freqüentemente atingiram tanto os operosos quanto os ociosos, produzindo frustração; queda no índice de produtividade e protestos. Os segundos – portanto "privatização" das relações de trabalho, autonomia dos dirigentes, mobilidade em massa dos empregados, substituição do controle de legitimidade pelo de administração etc. – visavam realizar *ex abrupto* uma tal revolução... que a mesma não saiu do papel. Os cortes orçamentários dóem e as disposições se transformam em "protestos a la Manzoni", suscitando sobretudo incerteza e preocupação pelo futuro (talvez associadas a uma nostalgia do passado). A grande massa de funcionários públicos afetados entra em pé de guerra enquanto o agravamento do desconcerto estatal reforça o ódio dos cidadãos. O perigo é perder uma vez mais a luz da razão.

15. O mesmo se pode dizer da política meridional, onde os dois governos se limitaram a reduzir o fluxo de algumas torneiras de gastos sem estimular verdadeiramente as novas forças do Sul – que, sabe-se, existem – capazes de qualificar a coisa pública num sentido antiparasitário, enxugando gradualmente o vasto mar do assistencialismo meridional e atrelando o Sul à política regional da CEE e à revitalização do mercado – passos indispensáveis para reorientar as expectativas e modificar pouco a pouco os comportamentos. É claro, "gastar menos" é muito mais fácil que "gastar melhor". Ainda uma vez, parece-me, influências espúrias, medo de enredar-se e falhas culturais desempenharam um papel muito negativo. A consequência é uma vasta e indiscriminada insatisfação que ameaça transformar-se numa queda de Trobizona.

Desse modo, diante da incapacidade do governo (dos partidos, dos sindicatos) de atacar as grandes questões coletivas que estão na base da doença do país, a Itália vive hoje uma temporada fervilhante, nada tranqüila, mas bem mais aberta comparativamente ao passado. Impulsionados pelos acontecimentos, amplificados pela explosão da mídia, os italianos finalmente começam a preocupar-se com seus problemas, embora ainda estejam incertos quanto ao que fazer. A questão é como fazê-los avançar, afetuosamente e sem trégua, pelo caminho do bom-senso. Um jeito é renovar a batalha das idéias, outro é realizar sucessivas experiências no sistema público, de modo a testar as

resistências extraindo novas-diretivas. Um terceiro é solicitar e mobilizar os melhores elementos, capazes de operar uma mudança qualitativa. De todo modo está claro que, ao lado do que paralisa a ação do governo existe outro bloqueio psicológico a ser superado, aquele que leva tanta gente a se comportar como um público do tipo "vamos ver quem vai preso hoje". Como transformar essa síndrome do espectador bem-intencionado em responsabilidade direta pelo funcionamento de uma democracia renovada? Como traduzir sua inveterada desconfiança cultural e política em relação ao Estado em plena reivindicação e identificação com o interesse público? Esse é, com certeza, o laboratório de nossa política futura.

Roma - São Paulo, outubro de 1993

**Tradução: Elizabeth de Fiore**

## NOTAS

\*. Palestra proferida por ocasião do 17 ° Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993.

1. A. Di Pietro, "Chi mole fermare i magistrati?", *11 Mondo*, outubro de 1993.

2. G. Napoli, resenha de *Spender meglio è possibile*, de L. Meldolesi, in *mondo Economico*, fevereiro de 1993.

3. Essa é uma observação inicial de meu trabalho: o mérito é de Paolo Di Nola.